

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

**ATA DE REUNIÃO nº 05/2025**

<b>Data e horário:</b>	26 de maio de 2025, às 10h.
<b>Local:</b>	Videoconferência por meio do aplicativo Zoom
<b>Reunião conduzida por:</b>	Dr <sup>a</sup> Priscila Lopes da Silveira, Juíza de Direito e Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão
<b>Tema da reunião:</b>	Discussão acerca do instrumento de acessibilidade IMGI; do estabelecimento de metas relativas à deficiência visual e do evento do Ciclo de Palestras Todos Por Todos em Cavalcante – GO.
<b>PROAD:</b>	202103000263312
<b>Secretário(a):</b>	Marcela Ibiapino Martins
<b>Participantes:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dr<sup>a</sup>. Priscila Lopes da Silveira, Juíza de Direito e Presidente da Comissão.</li> <li>2. Dr. Clauber Costa Abreu, Juiz Substituto em 2º Grau e Suplente da Presidente.</li> <li>3. Dr<sup>a</sup>. Denise Gondim de Mendonça, Juíza de Direito.</li> <li>4. Dr. Eduardo Perez Oliveira, Juiz de Direito.</li> <li>5. Dr. Heron José Castro Veiga, Juiz de Direito.</li> <li>6. Dr. Marcelo Alexander Carvalho Batista, Juiz de Direito.</li> <li>7. Dayane Monteiro de Sousa Fernandes, Analista Judiciária.</li> <li>8. Adriana Mesquita, Assessora da Diretoria de Planejamento e Inovação.</li> <li>9. Patrícia Ferreira Magalhães Rezende, Diretora da Divisão de Acolhimento e Ambientação Funcional da Diretoria de Gestão de Pessoas.</li> <li>10. Marcela Ibiapino Martins, Assistente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.</li> </ol>
<b>Ausentes:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dr. Thales Prestrêlo Valadares Leão. Juiz de direito. Justificativa: estava em sessão de juri na Comarca de São Domingos.</li> <li>2. Raquel Magalhães Antonini, Secretária do Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental. Justificativa: trabalho no projeto Raízes em Cavalcante – GO.</li> <li>3. Dr. Rinaldo Aparecido Barros, Juiz de Direito.</li> </ol>

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

**Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão**

4. Dr. Cláudio Roberto Costa dos Santos Silva, Juiz de Direito. Justificativa: está em abono de carga horária.
5. Dr. Alexandre Moraes Costa de Cerqueira, Juiz de Direito Substituto.
6. José Gabriel Antunes Assis, Escrevente Judiciário do CEJUSC da Comarca de Jataí. Justificativa: estava em audiência em sua unidade.
7. Cybelle Saad Sabino de Freitas Faria, Diretora de Engenharia e Arquitetura;
8. Daniela Ferreira Souza Soares, Assessora Técnica da Divisão de Alocação e Atendimento ao Servidor.
9. Eunice Alves Lopes, Diretoria de Tecnologia e Informação.
10. Eunice Machado Nogueira, Coordenadora da Escola Judicial de Goiás. Justificativa: está em aula de mestrado.
11. Ana Cristina Rodrigues Lepsqueur, Servidora.
12. Claudiana Cássia de Paiva, Servidora.
13. Maria Eduarda Almeida Campos Arruda, Servidora.
14. Maria Madalena de Sousa, Servidora.
15. Patrícia de Freitas Alves, Servidora.
16. Rafaela Cunha Sacramento, Servidora.
17. Sandia Cristina Ribeiro Lima, Servidora.
18. Viviane de Oliveira Barbosa, Servidora.
19. Ana Luiza Rezende Borges da Silveira, Servidora.
20. Acaray Martins da Silva, Servidor.
21. Ariel Hebert da Costa Melo, Servidor.
22. Adriano José da Silva Santos, Servidor.
23. Alvaro Maciel Pereira de Souza, Servidor.
24. Esau Maranhão Sousa Bento, Servidor.
25. Rogério Jesus Borges Carneiro, Servidor.
26. Tarley Martins Bastos, Servidor.
27. Elaine Abrantes, Servidora.

**Abertura:** Dr<sup>a</sup> Priscila Lopes da Silveira dá boas vindas a todos, fala sobre a pauta da reunião e pergunta sobre o andamento das solicitações das capacitações em Libras e em audiodescrição.



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



### Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

#### Pauta:

1. Discussão sobre o instrumento de acessibilidade “Índice de Maturidade em Gestão Inclusiva” (IMGI).
2. Discussão sobre o estabelecimento de metas relativas à deficiência visual.
3. Evento inaugural do Ciclo de Palestras Todos Por Todos em Cavalcante – GO.

#### Discussões:

1. Marcela Ibiapino informa que o curso / a oficina de audiodescrição não foi solicitada, pois a COPAI ainda não decidiu sobre seu formato (oficina ou curso).
2. Dr<sup>a</sup>. Priscila Lopes da Silveira fala que todas as deliberações anteriores da COPAI estão em andamento. Ela opina que o curso de audiodescrição seria melhor, pois teria maior alcance aos servidores e magistrados do TJGO.
3. Dr. Eduardo Perez opina que o curso de Libras poderia contar com um módulo prático, de formação continuada para evitar o esquecimento.
4. Dr<sup>a</sup> Priscila concorda e sugere que sejam feitas oficinas práticas, pelo menos duas por semestre, tanto na formação em Libras quanto na audiodescrição.
5. Dr. Eduardo Perez sugere que seja feito um curso acerca da etiqueta de como tratar pessoas com deficiência.
6. Dr<sup>a</sup>. Priscila Lopes da Silveira e Dr<sup>a</sup>. Denise Gondim concordam.
7. Dr. Heron Castro opina sobre a elaboração de uma cartilha sobre a comunicação com pessoas com deficiência e sobre a formatação de minutas visando o entendimento por parte de pessoas com deficiência.
8. Dr<sup>a</sup> Priscila Lopes da Silveira concorda com o lançamento da cartilha e propõe que seja durante uma oficina de etiqueta, de acordo com a proposta do Dr. Eduardo Perez. Este curso englobaria a forma de tratamento para pessoas com deficiência.
9. Dr. Eduardo Perez propõe que a própria inteligência artificial utilizada para formatação de documentos pelo TJ seja inclusiva.
10. Dayane Monteiro opina que o combate às barreiras atitudinais é o mais difícil de ser combatido. Ela propõe que o combate ao capacitismo seja englobado na cartilha.

Ela compartilha que nos últimos meses perdeu ainda mais sua visão e já é

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

*Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão*

considerada cega. Ela afirma que as ferramentas de leitura de tela do TJGO nem sempre leem em negrito e em itálico. Ela se oferece para testar as ferramentas disponíveis no TJ.

Ela opina que a realização de um curso seria muito interessante para a capacitação em audiodescrição, pois existe um roteiro específico para audiodescrição.

11. Dr<sup>a</sup> Priscila Lopes da Silveira enfatiza a importância do curso de audiodescrição, pois nem todas as pessoas sabem como fazê-la e acabam confundindo as pessoas cegas ou com baixa visão.

12. Dayane Monteiro concorda. Ela afirma que a audiodescrição mal feita não permite a criação de imagens para pessoas cegas ou com baixa visão.

13. Dr<sup>a</sup> Priscila Lopes da Silveira concorda.

14. Dr. Claubert Abreu reafirma a extrema importância do que Dayane Monteiro falou. Ele considera que pessoas não deficientes são “analfabetos” em relação à comunicação com pessoas com deficiência, inclusive no TJGO. Por exemplo, ainda é insipiente a participação de intérprete de Libras em eventos.

Antes da realização do curso de audiodescrição, porém, ele defende que, primeiramente, haja conscientização sobre sua necessidade. Ele conta sobre a ocasião da inauguração do prédio sede do TJGO, ele convidou pessoas com diversos tipos de deficiência para inspecionar o prédio. E, apesar de o prédio cumprir todos os requisitos legais de acessibilidade, ele não atende todas as necessidades das pessoas com deficiência.

Ele opina também que o manual de etiqueta sugerido pelo Dr. Eduardo Perez é fundamental. Ele adiciona que é necessário que inclua informações sobre qual é o comportamento ideal para com pessoas com deficiência durante audiências e relações interpessoais e sociais. Ele sugere que o manual seja organizado em capítulos que tratem, cada um, sobre uma deficiência diferente.

Ele coloca ainda que, nas ementas, sempre que os processos se tratarem de pessoas com deficiência, seja incluída uma sessão sobre os direitos dessa pessoa.

15. Dr<sup>a</sup> Priscila Lopes da Silveira concorda e pergunta à Comissão sobre a



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



### *Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão*

criação do grupo de trabalho, incluindo servidores com deficiência fora da própria Comissão, para a elaboração do manual (cartilha). Ela defende que o manual em si seja totalmente acessível.

16. Dr. Clauber Abreu informa que já existem várias cartilhas sobre o assunto e que o da COPAI poderia se inspirar no que já foi escrito.

17. Marcela Ibiapino sugere que uma parte do material do manual seja baseado no conteúdo do curso “Acessibilidade na Comunicação” da ENAP.

18. Dr<sup>a</sup>. Priscila Lopes da Silveira concorda com Dr. Clauber Abreu e com Marcela Ibiapino e sugere que cinco pessoas participem do grupo.

19. Dr. Clauber Abreu sugere a participação do Laboratório de Inovação.

20. Adriana Mesquita se oferece para participar do grupo de trabalho.

21. Dr<sup>a</sup> Priscila Lopes da Silveira concorda.

22. Patrícia Magalhães informa que na EJUG já existe um curso chamado “Atendimento Humanizado”. Ela sugere a manutenção do curso e o acréscimo de um novo módulo sobre comunicação acessiva e inclusiva. Ela sugere também que a audiodescrição seja obrigatória desde o começo dos eventos do TJ, com a pessoa do Cerimonial (da EJUG, da Corregedoria, da Presidência), para incentivar que todos presentes façam a audiodescrição.

23. Vinícius Melo concorda que, partindo do Cerimonial, a audiodescrição seria mais eficaz.

24. Dr<sup>a</sup> Priscila concorda e delibera que a audiodescrição, com a descrição ambiental, precisa ser do Cerimonial.

25. Patrícia Magalhães sugere ainda que nas fichas entregues aos palestrantes, a audiodescrição seja incluída.

26. Dr<sup>a</sup> Priscila concorda.

27. Dr. Clauber Abreu conta que, durante sua posse como Juiz de 2º Grau, fez sua audiodescrição. E isso, que deveria ser algo simples e corriqueiro, causou aplausos da plateia. Ele coloca que, mesmo que seja a única pessoa a fazer a audiodescrição, não há motivos para constrangimento.

28. Sobre o curso de Libras, Dr<sup>a</sup>. Priscila Lopes da Silveira informa que ainda não houve resposta de outros departamentos. Ela reitera que o objetivo é que toda a COPAI seja capacitada.

29. Dr<sup>a</sup>. Denise Gondim coloca que, muitas vezes, as próprias pessoas

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

*Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão*

com deficiência não sabem como reagir a comportamentos inadequados de outras pessoas, nem que pessoas típicas também não sabem como lidar com pessoas com deficiência.

30. Dr<sup>a</sup> Priscila Lopes da Silveira defende a maior divulgação dos cursos, eventos e capacitações para que atraiam mais participantes. Ela defende que isso venha de cima.

31. Dr<sup>a</sup> Denise Gondim concorda e defende que os magistrados e gestores sejam convocados para participarem dos cursos da COPAI.

32. Dr<sup>a</sup> Priscila Lopes da Silveira concorda. Ela sugere que os juízes membros da COPAI recorram à administração do TJGO para promover ações de acessibilidade.

33. Dr. Marcelo Batista pergunta se o manual será focado em pessoas com deficiência visual ou se poderá incluir hipersensibilidade a certas cores, comum em pessoas atípicas.

34. Dr<sup>a</sup> Priscila responde que a cartilha englobará diferentes deficiências, organizada em capítulos e tratará sobre a comunicação com pessoas com deficiência. Ela afirma que a cartilha se baseará também em outros materiais já escritos (pelo CNJ, inclusive).

35. Dr. Clauber Abreu coloca que a questão da hipersensibilidade visual para pessoas no espectro autista seria tratada no capítulo sobre autismo.

36. Dr. Marcelo Batista informa que a hipersensibilidade a cores gera dificuldades para pessoas neuroatípicas, por exemplo, na leitura.

37. Dr. Clauber Abreu concorda que essa informação é importante e que deverá ser incluída.

38. Dr. Eduardo Perez pondera que a roda de conversa precisa ter andamento no sentido das deliberações lá feitas, por exemplo na realização de um censo, da convocação de gestores para cursos. Ele coloca que é preciso ponderar até que ponto o cuidado excessivo com a comunicação pode ir para não excluir a maioria tentando incluir as minorias. Em segundo lugar, ele coloca que as pessoas com deficiência são minoria e que, a audiodescrição, por exemplo, diminuiria o tempo de fala de palestrantes. Ele sugere trazer a experiência da deficiência para o TJ, trazendo um diálogo de inclusão e participação em nome da conscientização.



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



### *Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão*

39. Dr<sup>a</sup> Priscila Lopes da Silveira concorda com a importância da conscientização. Ela coloca que as ações da COPAI não pode ser vistas como impositivas. Ela afirma que a luta da COPAI é trazer conhecimento e empatia para pessoas que ainda não tiveram acesso à conscientização e à informação. Ela ainda coloca que, na audiodescrição, são necessárias cinco palavras, ditas em menos de um minuto.

40. Patrícia Magalhães responde Dr. Eduardo Perez que as deliberações da roda de conversa já foram apresentadas à Diretora da Diretoria de Gestão de Pessoas e repassadas à Divisão de Desenvolvimento Pessoal, que já vai autuar um PROAD e apresentar à COPAI e ao Comitê de Saúde. Para que seja pedido à Presidência que todos os gestores sejam convocados, nos moldes do que foi feito na Semana de Prevenção ao Assédio no TJ.

41. Dr. Eduardo Perez coloca que as questões de assédio devem ser investigadas a fundo.

42. Dr<sup>a</sup> Priscila Lopes da Silveira concorda. Ela adiciona que a COPAI deve buscar o equilíbrio no atendimento das necessidades das pessoas com deficiência.

43. Dr. Clauber Abreu apresenta que o Ministério Público do Trabalho oferece uma ferramenta, IMG1, para aferir se as empresas cumprem as cotas de contratação de pessoas com deficiência. Ele sugere que o índice das empresas terceirizadas contratadas pelo TJ seja aferido para que elas sejam avaliadas e induzidas a cumprirem a lei de cotas. Ele sugere o encaminhamento de um ofício à Diretoria-Geral para que as empresas contratadas sejam consultadas sobre seu cumprimento da lei de cotas para a COPAI avalie essas empresas.

44. Dr<sup>a</sup> Priscila informa sua dissertação de mestrado foi sobre esse tema e que o número de pessoas com deficiência trabalhando como terceirizados no TJ é praticamente inexistente.

45. Dr. Clauber Abreu completa que a vantagem da ferramenta IMG1 é que ela oferece sugestões às empresas para que cumpram a lei de cotas.

46. Patrícia Magalhães sugere incorporar nos contratos das empresas essa ferramenta através de proposta para a Diretoria-Geral.

47. Dr<sup>a</sup> Priscila concorda. Ela completa que as empresas seguem não



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



### Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

cumprindo a lei de cotas porque é mais fácil pagar as multas e que não há como as empresas cumprirem com as cotas se o próprio poder público não recebe pessoas com deficiência e não oferece capacitações.

#### Deliberações:

1. A capacitação em audiodescrição será em formato de curso, não de oficina.
2. A audiodescrição, inclusive descrição ambiental, deve ser feita primeiramente pelo Cerimonial.
3. Será elaborado uma cartilha sobre interação com pessoas com deficiência, sob o título de “Etiqueta de Comunicação”.
4. Cinco pessoas farão parte do Grupo de Trabalho para a elaboração da cartilha de etiqueta de comunicação com pessoas com deficiência – (1) Dr. Heron Castro (Juiz); (2) Laysa (servidora); (3) Dayane Monteiro (CUC); (4) Adriana Mesquita (DPI); (5) Dr. Marcelo Batista (Juiz); (6) Dr<sup>a</sup>. Priscila Lopes da Silveira.
5. O Cerimonial deve ser convocado para participar do curso de audiodescrição – descrição ambiental e autodescrição.
6. Dr<sup>a</sup> Priscila Lopes da Silveira coloca que, apesar de o curso de Libras ainda não ter saído, neste ano todos os membros da COPAI participarão da capacitação.
7. A primeira palestra do Todos Por Todos vai ser em Cavalcante – GO sobre acessibilidade e inclusão, em formato de roda de conversa, entre os dias 09 e 13/06/2025, com foco na população local e no projeto Raízes Kalungas. A segunda será um webnário em 04/08/2025 sobre deficiência visual com o Promotor Marcelo Batista da Bahia.
8. As discussões continuarão no grupo de whatsapp e o primeiro assunto a ser tratado na próxima reunião será o da ferramenta IMGI.

**Conclusão:** Finalmente, nada mais havendo a expor, a Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, Dr<sup>a</sup> Priscila Lopes da Silveira, agradeceu a presença de todas e de todos e eu, Marcela Ibiapino Martins, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada



# PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



## Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

eletronicamente.

### REGISTRO DO CHAT:

Eduardo Perez para Todos 10:10  
Eduardo Perez juiz de direito

Marcelo Batista para Todos 10:10  
Marcelo Alexander Carvalho Batista - Juiz de Direito

Renata Appoliana para Todos 10:10  
Renata Appoliana Alves dos Reis Abujamra - assessora da 1ª Vara Cível, Família, Sucessões, Infância e Juventude da Comarca de Cristalina

Heron José para Todos 10:10  
Heron José Castro Veiga - Juiz (Juizado Especial Civil e Criminal de Formosa)

Juíza Denise Gondim de Mendonça para Todos 10:10  
Juíza Denise Gondim de Mendonça, titular Juizado Criminal de Aparecida de Goiânia

Marcelo Batista 10:11  
3a Cível, Família e sucessões - Formosa

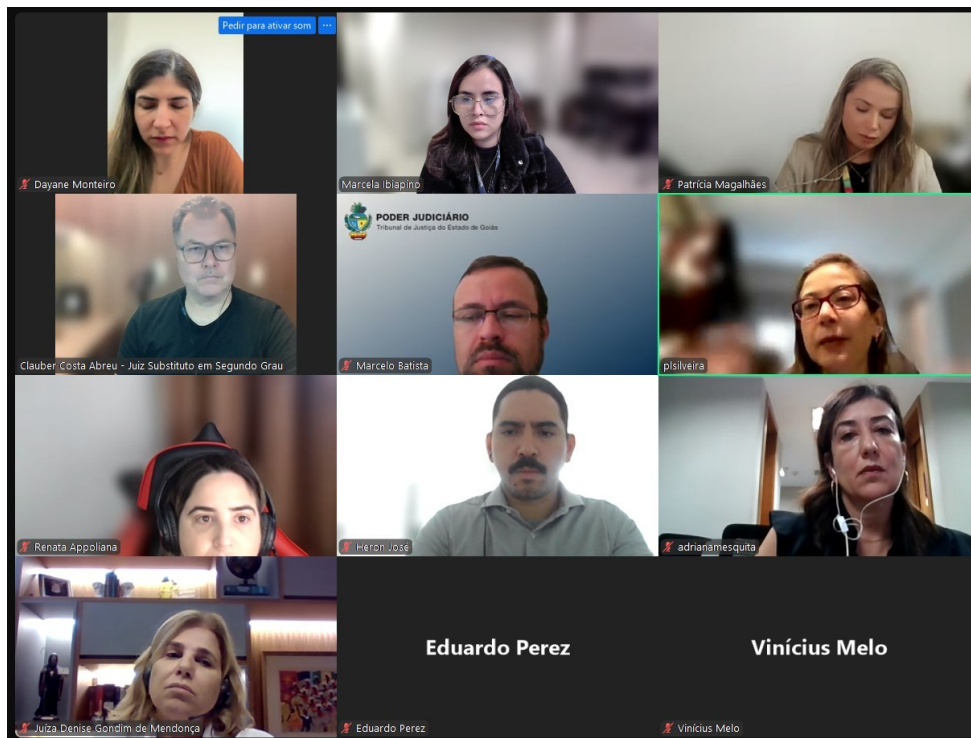
Clauber Costa Abreu - Juiz Substituto em Segundo Grau 10:49  
Clauber Costa Abreu - Juiz

adrianamesquita para Todos 10:49  
Adriana Mesquita, servidora da Diretoria de Planejamento e Inovação

Patrícia Magalhães para Todos 10:50  
Patrícia Ferreira Magalhães Rezende, diretora da Divisão de Acolhimento e Ambientação Funcional

Dayane Monteiro 11:42  
Dayane Monteiro de Sousa Fernandes - CUC central única de comhadores

### REGISTRO FOTOGRÁFICO:



## ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 107271723459 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202103000263312 (Evento nº 48)

**PRISCILA LOPES DA SILVEIRA**

JUIZ DE DIREITO

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Assinatura CONFIRMADA em 27/05/2025 às 12:17

